



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2023
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2023
RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO / RECURSO
ADMINISTRATIVO.

RECORRENTE: MAGUI TRANSPORTES LTDA.

Assunto: *Recurso / Apresentação de Documentação / Declaração em processo licitatório de [...] CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRA BASALTO IRREGULAR DA RODOVIA EMCA-010 – ACESSO L. C. GREGÓRIO, NUMA EXTENSÃO DE 460,00 M E LARGURA DE 6,0 M, E AINDA UMA ENTRADA LIMPA RODA NO ACESSO AO CAMPO DE FUTEBOL, DE 5,0 M X 6,0 M, COM ÁREA TOTAL DE 2.790,00 M², INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA [...]*. *Empresa inicialmente inabilitada em razão do não atendimento ao disposto na alínea “L” item “7.1.1” do Edital.*

I – Síntese:

Trata-se de Recurso Administrativo apresentado por **MAGUI TRANSPORTES LTDA**, em face da decisão que determinou a sua inabilitação na Tomada de Preços 02/2023, em razão de inobservância à exigência contida no item 7.1.1, alínea “L” do Edital¹.

Prudente frisar, contudo, antes de adentrar nas razões recursais da Recorrente, que no presente processo licitatório houve a participação de 04 empresas.

¹ 1) Para que seja comprovada a solvência financeira da empresa, é necessário apresentar PLANILHA CONTÁBIL (§ 5º do Art. 31 da Lei 8.666/93) (com valores e resultados, modelo abaixo) assinado por Contador ou Profissional Equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, e pelo Proprietário da empresa licitante, demonstrando a boa situação financeira atual da empresa, avaliada pelos Índices de LIQUIDEZ GERAL (LG), SOLVÊNCIA GERAL (SG) e LIQUIDEZ CORRENTE (LC)



E destas todas às 04 empresas restaram inabilitadas.

E neste aspecto, sobreveio um único recurso / apresentação de documentos, impetrado pela Recorrente Magui Transportes Ltda.

Recebido e autuado o recurso, bem como realizada intimação dos demais licitantes, o prazo transcorreu sem apresentação de contrarrazões, razão pela qual, resta ratificada a **INABILITAÇÃO DAS EMPRESAS LT CALÇAMENTOS EIRELI, THAYNA MANUELLY CASASOLA LTDA E LIDER COMÉRCIO VAREJISTA DE PAPELARIA, SHOWS E EVENTOS LTDA.**

Ato contínuo, das razões recursais da Recorrente, esta sustenta a necessidade de reforma da decisão inicial de inabilitação sob o argumento de que “[...] *houve um erro durante o processo de elaboração do referido balanço [...]*”.

Ademais, argumenta também que:

[...]

Após uma revisão mais detalhada, constatou-se que o erro na elaboração do balanço acabou afetando negativamente os indicadores da liquidez geral da empresa, que foram apresentados abaixo do que deveriam ter sido.

No dia 27/12/2022, houve uma entrada no banco no valor de R\$ 100.000,00 que foi um adiantamento para futuro aumento de capital do sócio para a empresa, mas devido à falta de informação pela empresa à contabilidade, o registro contábil desse valor havia sido reconhecido de forma diversa. Lamentavelmente esse incidente resultou no registro incorreto de um lançamento contábil, prejudicando tanto as informações contábeis quanto os indicadores financeiros da empresa.

Reconhecemos que essa falha teve consequências negativas ao participar da licitação no município de Cordilheira Alta, Santa Catarina. O equívoco contábil comprometeu o índice de liquidez Geral e a capacidade de fornecer informações precisas e transparentes, afetando nossa competitividade no processo licitatório.



Informamos que, como parte da nossa defesa / recurso, apresentaremos os seguintes documentos:

- Balanço patrimonial na forma exigida pela legislação vigente, contendo informações corrigidas e atualizadas.
- Demonstrativos de índices recalculados, demonstrando de forma precisa a real situação financeira da empresa.

Estes documentos evidenciam nosso compromisso com a transparência e com a correção do equívoco contábil anteriormente cometido.

É o relatório.

II - VOTO

Para melhor compreensão da controvérsia estabelecida, necessária a análise da disposição contida no item que ensejou a inabilitação da Recorrente.

Extrai-se do Edital:

l) Para que seja comprovada a solvência financeira da empresa, é necessário apresentar PLANILHA CONTÁBIL (§ 5º do Art. 31 da Lei 8.666/93) (com valores e resultados, modelo abaixo) assinado por Contador ou Profissional Equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, e pelo Proprietário da empresa licitante, demonstrando a boa situação financeira atual da empresa, avaliada pelos Índices de LIQUIDEZ GERAL (LG), SOLVÊNCIA GERAL (SG) e LIQUIDEZ CORRENTE (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL EM LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGIVEL EM LONGO PRAZO}} > 1,00$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGIVEL EM LONGO PRAZO}} > 1,00$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} > 1,00$$



OBS: Empresa(s) que apresentar(em) resultado igual ou menor do que 1 (um) em qualquer dos índices referidos acima, será considerada inabilitada. Os índices apresentados pela empresa através de planilha contábil acima mencionada poderão ser a qualquer tempo analisados pela municipalidade, quanto à veracidade, sob risco das sanções cabíveis no Art. 299 do CP.

Com efeito, a previsão contida no Edital visa assegurar que os licitantes comprovem a efetiva capacidade financeira para execução do objeto licitado.

Na abertura do envelope de Habilitação, a Recorrente apresentou os seguintes índices: “Índice de Liquidez Geral (ILG):=> 0,93; Índice de Solvência Geral (SG): => 1,16 e, Índice de Liquidez Corrente (ILC): => 1,61”.

Restando inabilitada inicialmente, em razão da apresentação do Índice de Liquidez Geral (ILG) ser menor que 1.00 (0,93).

E no particular, observamos que o Contador da Recorrente apresentou Declaração constando que houve “**erro durante o processo de elaboração do referido balanço**”, arguindo ainda que “**No dia 27/12/2022, houve uma entrada no banco no valor de R\$ 100.000,00 que foi um adiantamento para futuro aumento de capital do sócio para a empresa, mas devido à falta de informação pela empresa à contabilidade, o registro contábil desse valor havia sido reconhecido de forma diversa. Lamentavelmente esse incidente resultou no registro incorreto de um lançamento contábil, prejudicando tanto as informações contábeis quanto os indicadores financeiros da empresa**”.

Em razão destes aspectos passamos a decidir.



2.1 - Reconsideração da Decisão inicial de Inabilitação proferida pela Comissão.

A decisão que inabilitou a Recorrente Magui Transportes Ltda, no processo em epígrafe comporta reconsideração, explico:

S.M.J., havendo alguma falha formal, omissão ou obscuridade nos documentos de habilitação e/ou na proposta, defendemos que há um poder-dever por parte da Comissão de Licitações e/ou Pregoeiro em realizar diligência, superando-se o dogma do formalismo excessivo e prestigiando a razoabilidade e a busca pela eficiência, ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração.

E em que pese o Artigo 43, §3º, da Lei nº 8.666/1993, estabelecer que pode ser *“facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta**”*, defendemos que o objetivo maior do procedimento licitatório é a consecução do interesse público aliada à observância dos primados da isonomia e igualdade de tratamento e condições entre os participantes, há que se conferir uma interpretação finalística e legitimadora ao texto insculpido no art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93.

E neste aspecto, no caso em concreto, a inclusão posterior de documentos por parte da própria autoridade condutora do certame licitatório deverá ser admitida, **desde que seja necessária para comprovar a existência de fatos existentes à época da licitação.**



Isto porque, a diligência promovida pela Comissão de Licitações resultou na produção de documento que materializa uma situação já existente ao tempo da sessão de apresentação dos envelopes, não havendo que se falar em ilegalidade ou irregularidade.

E, nos termos da documentação apresentada pela Recorrente, é o que restou demonstrado no caso em concreto.

Vejamos que da documentação apresentada, sanada a omissão relatada pelo Contador da Recorrente, esta apresentaria os seguintes índices à época da abertura dos envelopes de Habilitação: “*Índice de Liquidez Geral (ILG): => 1,02; Índice de Solvência Geral (SG): => 1,26 e, Índice de Liquidez Corrente (ILC): => 1,78*”.

Neste sentido, é oportuno frisar que o próprio TCU, no Acórdão n. 1.758/2003 - Plenário, entendeu ser regular, no âmbito de procedimento licitatório, a conduta da autoridade que procedeu a juntada posterior de comprovação de regularidade fiscal da licitante através de diligência promovida com base no art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93.

Segundo aquela Corte de Contas, tal juntada não configuraria irregularidade, mas praticidade, celeridade e otimização do certame. O apego excessivo à letra da lei pode acarretar equívocos jurídicos, porquanto que não traduzem seu sentido real.



Ainda, no mesmo sentido, observamos que em sede do Acórdão n. 2.627/2013 - Plenário, igualmente o TCU concluiu ser indevida a inabilitação de licitante em razão da apresentação de atestado de capacidade técnica com data posterior à da abertura do certame, uma vez que tal documento tem natureza declaratória - e não constitutiva - de uma condição preexistente.

Naquele feito, apontou-se por equivocada a decisão do Pregoeiro consistente na inabilitação de licitante em razão de *“apresentação de atestado de capacidade técnica com data posterior à da licitação”*.

Oportuno ainda colacionar a decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União, cancelando a juntada de documentos novos, que comprovam situação pré-existente à época, como se observa por exemplo do Acórdão 1211/2021 – Plenário, senão vejamos:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os



demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Observamos que do Voto do Ministro Walton Alencar, que foi o relator naquele feito (Processo Representação 018.651/2020-8), pode-se perceber que ele inclusive apontou sobre a possibilidade de juntar documentos que comprovem fatos já existentes, tudo com a finalidade de pensar na melhor proposta para a Administração Pública:

[...]

Como visto, a interpretação literal do termo "[documentos] já apresentados" do art. 26, §9º, do Decreto 10.024/2019 e da vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 pode levar à prática de atos dissociados do interesse público, em que o procedimento licitatório (meio) prevalece e ganha maior importância que o resultado almejado, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (fim).

Imperioso observar que, visto por este prisma, a interpretação literal desses comandos legais vai contra o entendimento da jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que o edital não constitui um fim em si mesmo. Cito caso semelhante à situação ora tratada em que, por meio do Acórdão 1758/2003-TCU-Plenário, de minha relatoria, o TCU considerou regular a inclusão de documentos no processo licitatório, no ato da sessão, conforme autorizado pela pregoeira, no exercício de suas regulares atribuições, tratadas no art. 11, incisos XIII e XIV, do Decreto 3.555/2000.

O edital de licitação constitui instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, quais sejam, assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/93.

Dessa maneira, a interpretação e a aplicação das regras estabelecidas devem ter por norte o atingimento dessas finalidades, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuam para esse desiderato.

As regras de licitações e a jurisprudência vêm evoluindo nesse sentido, sendo possível, por exemplo, ante à falta de juntada de comprovantes de regularidade fiscal pelo licitante, a consulta, pelo próprio agente público que conduz o certame, a sítios públicos em que constem tais documentos, nos termos do art. 40, parágrafo único, do Decreto 10.024/2019.

Em alinhamento com esse entendimento, a vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação. Caso o documento ausente se refira a condição atendida pelo licitante quando apresentou sua



Finalmente, no caso em estudo, defendemos ser possível a inclusão da nova documentação apresentada pela Recorrente, uma vez que ela é necessária para comprovar a existência de fatos existentes à época da licitação, ou seja, conforme apontado pelo Contador da Recorrente, esta possuía os índices de Liquidez condizentes com os exigidos no Edital, fato demonstrado pela Declaração apresentada informando que houve **“erro durante o processo de elaboração do referido balanço”**, e que referido erro **“resultou no registro incorreto de um lançamento contábil, prejudicando tanto as informações contábeis quanto os indicadores financeiros da empresa”**, e pela juntada do demonstrativo de índices financeiros corrigido.

Diante do acima exposto, o recurso comporta acolhimento para assegurar a Recorrente a participação no certame, devendo ser reconsiderada a decisão inicial de inabilitação.

III – DECISÃO

Ante o exposto, e em atendimento ao disposto no Artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, o voto desta comissão é por INTEGRAL provimento ao Recurso formulado por **MAGUI TRANSPORTES LTDA, RECONSIDERANDO** de ofício a decisão inicialmente proferida, para fins de declarar **HABILITADA** a participar do Processo Licitatório n. 45/2023, Tomada de Preços 02/2023.



Cordilheira Alta, SC, 30 de maio de 2023.

Andresa Breancini

Mat. n. 137502

Presidente

Angelita Gabriel

Mat. n. 1373201

Membro

Tatiana Ribeiro de Oliveira

Mat. n. 630602

Membro